



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Em votação a Medida Provisória nº 298, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal, incluído o processado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Item 7.

“Medida Provisória nº 299, de 2006 (do Poder Executivo).

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 299, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00 para os fins que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.”

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, para oferecer parecer pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, à



medida provisória e às emendas a elas apresentadas, ao ilustre Sr. Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL-PB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trata-se da Medida Provisória nº 299, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 925.459.839,00, para os fins que especifica. A autoria, naturalmente, é do Poder Executivo.

Passo a ler o relatório, em resumo.

Nos termos do art. 62, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 53/2006, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 299/2006, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor total de R\$ 925.459.839,00.

A suplementação extraordinária tem a seguinte destinação: Justiça Eleitoral com 12,8 milhões de reais; Ministério da Fazenda com 100 milhões de reais para a manutenção do SIAFI e outros sistemas; Ministério da Educação com 63 milhões de reais para laboratórios de informática de escolas do ensino médio; Ministério da Previdência Social com 105,7 milhões de reais para pagamento a DATAPREV e Aeros — este último por decisão judicial —; Ministério das Relações Exteriores com 6,6 milhões de reais para apoio ao Paraguai na modernização da Ponte da Amizade; Ministério dos Transportes com 151,6 milhões de reais para sinalização e recuperação emergencial de estradas, assim como para a Companhia Docas do Ceará; Ministério do Desenvolvimento Agrário com 50 milhões de reais para assistência aos agricultores atendidos pelo PRONAF; Ministério da Defesa com 6



milhões de reais para ações de combate à gripe aviária e operações na terra indígena Raposa Serra do Sol; Ministério da Integração Nacional com 4,7 milhões de reais para a recuperação de pontes de acesso a quilombos; finalmente, Ministério do Turismo, com 425 milhões de reais para melhoria da segurança de aeroportos e estradas.

Foram apresentadas 41 emendas à medida provisória em exame no prazo regimental.

Voto do Relator.

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário, aberto por medida provisória, deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais de adequação financeira e orçamentária e também de mérito e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

A medida provisória obedece aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência.

Também do ponto de vista da adequação financeira e orçamentária, em particular no que diz respeito à sua conformidade com as disposições da LDO para o exercício de 2006, verificamos que a medida não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes.

No mérito, o crédito extraordinário visa a liberação de recursos de modo emergencial para diversos órgãos federais para atividades relacionadas com as eleições de 2006, obras emergenciais em rodovias federais, ações contra a gripe



aviária, instalação de laboratórios em escolas e manutenção de sistemas informatizados, entre outras.

Portanto, quando ao mérito da proposição em exame, não há objeção por parte deste Relator.

Também foi cumprida a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, §1º do artigo 2º.

Das emendas.

A matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza e sua edição remete a um fato consumado de despesas de realização imediata ou que podem realizar-se até a ultimação de sua tramitação no Congresso Nacional.

Desse modo, para se evitar a descaracterização da iniciativa original desta medida provisória, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 a 41.

Diante do que aqui foi relatado, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória 299 de 2006 na forma original editada pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Há oradores inscritos.

Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão.

Concedo a palavra ao Deputado Vignatti. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão.